

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.063 - SP (2019/0301055-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL GOMES BEDIN - SP324212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EIVANDRO CORDEIRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. *WRIT* IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. *Writ* indeferido liminarmente.

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, impetrado em favor de **Eivandro Cordeiro da Silva** – condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 933 dias-multa (Apelação Criminal n. 0028887-82.2016.8.26.0050, do Tribunal de Justiça de São Paulo) – sob alegação, em síntese, de que há ilicitude na prova coletada pela invasão ilegal de domicílio, de que houve indevido aumento da pena-base, acima de 1/6, com fundamento na quantidade e diversidade de entorpecentes e no fato de o paciente estar cumprindo pena no regime aberto, o que não é permitido, bem como que houve indevido reconhecimento da reincidência, tendo em vista que não há informação do trânsito em julgado a respeito da sentença utilizada para fins de reincidência –, requer-se, em caráter liminar, que o paciente aguarde o julgamento do *writ* em liberdade e, no mérito, a absolvição ou redução da pena.

É o relatório.

O *writ* é manifestamente inadmissível.

Em consulta ao portal eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, verifiquei que a condenação do paciente já é definitiva, **ante o trânsito em julgado em**

Superior Tribunal de Justiça

8/2/2017.

Ora, o presente *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo **transitado em julgado**. É, portanto, **substitutivo de revisão criminal**.

Ocorre que, **como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão** em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a **incompetência** deste Tribunal para o processamento do presente pedido.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 494.794/MA, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 11/4/2019).

[...]

1. O *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, "e", da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido. [...]

(HC n. 288.978/SP, de minha relatoria, Rel. p/ Acórdão Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/5/2018).

Ademais, as questões suscitadas neste *habeas corpus* – notadamente a ilicitude de prova –, **não foram sequer debatidas pelo Tribunal a quo**, o que impede também o seu conhecimento nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ressalto, ainda, o entendimento desta Corte Superior de que o julgador não está adstrito a critérios puramente matemáticos, havendo certa discricionariedade na dosimetria da pena, vinculada aos elementos concretos constantes dos autos. A esse respeito: AgRg no AREsp n. 1.140.562/SP, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe

Superior Tribunal de Justiça

11/5/2018.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o presente *writ* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

